

**ESPECIFICIDADES CULTURAIS DA COMUNIDADE
PESQUEIRA DE ARRAIAL DO CABO: OS MUXUANGOS**

Manuela Chagas Manhães (UENF, UNESA e CNEC)

manuelacmanhaes@hotmail.com

Júlio Esteves (UENF)

julioesteves46@yahoo.com.br

RESUMO

Sabe-se que a teoria evolucionista do século XIX esteve presente na formação de estigmas da população, entre elas, a de comunidade pesqueira de arraial do Cabo, considerada filha do isolamento social e geográfico. Assim, haveria todo um arquétipo e definição do sentido de civilização tendo como base a cultura europeia ocidental e as demais culturas diferentes do padrão europeu, existentes em outros lugares, seriam conhecidas como bárbaras e primitivas. Nesse contexto, houve a definição de quem seria civilizado, assim como, os territórios que estivessem num caminho rumo à civilização e, conseqüentemente, a “constatação” daqueles que permaneciam em um estado primitivo. Como conseqüência, teremos então, a definição de Arraial do Cabo como um lugar, no qual a população ainda estaria num nível inferior do que seria visto como civilizado, considerando a comunidade como primitiva, devido seu modo de vida. Isso constituiu estereótipos, determinando essa comunidade como *muxuango*. O *muxuango* representaria uma caricatura ficcional, que faz referência às teorias científicas imbricadas nos preconceitos determinados pelo o que seria visto como civilizado a partir de um padrão cultural dominante e daquela teria antropológica evolucionista. Dessa forma, os *muxu-angos* seriam considerados como uma forma inferior de sociabilidade. Em outras palavras, tal população, pequena comunidade de pescador seria pintada como primitiva, incivilizada, inferior, assim como, o jeca tatu, o caipira, o matuto, o interiorano. Tais distinções corresponderam (e correspondem) as especificidades culturais que fogem ao padrão cultural homogeneizado, e conseqüentemente, um processo de formação de estereótipos que colaborou para diferentes formas de despreito social.

Palavras-chave:

Muxuangos. Particularidades culturais. Política desenvolvimentista.

1. Introdução

Segundo Geertz (2015, p.10) “compreender a cultura de um povo expõe sua normalidade sem reduzir suas particularidades”. Isso significa dizer que para compreendermos seus sistemas simbólicos, os traços culturais precisam estar referendados no que eles praticam, como praticam e porque praticam. Desse modo, é perceptível a correspondência entre tais sistemas simbólicos que são refletidos e reflexos simultaneamente nas e das suas ações.

Deve atentar-se para o comportamento, e com exatidão, pois é através do fluxo do comportamento – ou, mais precisamente, da ação social – que as formas culturais encontram articulação. Elas encontram-na também, certamente, em várias espécies e artefatos e vários estados de consciência. Todavia, nestes casos o significado merge do papel que desempenham (*Wittgenstein* diria seu “uso”) no padrão da vida decorrente, não de quaisquer relações intrínsecas que mantenham umas com as outras. (GEERTZ, 2015, p.12-3)

Além dos vários estados de consciência e a articulação com os elementos simbólicos e as ações, a perspectiva geertziana traz outra concepção sobre a cultura. Não apenas como padrões determinantes do comportamento, mas também como um conjunto de mecanismos de controle. Nesse conjunto, encontram-se planos, receitas, regras, instruções, que, na verdade, irão governar a conduta humana dentro da comunidade que vive. Tal fato demonstra a dependência humana por tais mecanismos que são programas culturais que culminam no ordenamento objetivo do comportamento para estar no “mundo”. Dessa forma, Geertz (2015, p. 33) afirma que: A perspectiva da cultura como “mecanismos de controle” inicia-se com o pressuposto de que o pensamento humano é basicamente social e público – que seu ambiente natural é o pátio familiar, o mercado a praça da cidade. Em outras palavras, é na convivência social que é apreendido. Será nas ações sociais que as regras, normas e códigos de conduta terão significados, por isso, percebemos a importância da definição da cultura enquanto contexto e, assim, como um conjunto de mecanismos de controle que norteia, governa tais ações e forma sistema eticidade.

Ambas as ideias desenvolvidas por Geertz (2015, p. 32-3) – a primeira que determina a cultura como um complexo de padrões concretos de comportamento, que traz os ritos, as tradições, os costumes, hábitos, e, a segunda como o conjunto de mecanismos de controle –, sobrevivem e se recriam na memória social coletiva. Ambas são essenciais para o sujeito social ser formado e assim estar “apto” para viver na comunidade propriamente dita. Podemos dizer que tais símbolos são dados ao indivíduo, na sua grande maioria, pela socialização e são base da identidade de resistência. Ou seja, o sujeito social os encontra já na dinâmica social quando nasce e eles continuarão a circular após sua morte. Isso é um fato, embora saibamos que segundo a dinâmica social encontremos alterações, alguns acréscimos e redefinições. Como Sahlins (1990, p. 147) diz: “a transformação de uma cultura é um modo de sua reprodução”. Mas, a base será intermediada nas interações via narrativas. São tais narrativas que permitem a sobrevivência, manutenção e ressignificações da memória social e

coletiva, que é uma prerrogativa para as alterações e reinterpretações da própria cultura da comunidade tradicional.

Desse modo, quando refletimos sobre as comunidades pesqueiras tradicionais encontramos aquele acervo cultural alicerçado em um contexto que orienta a constituição da identidade de resistência. Logo, segundo Geertz (2015, p. 17) o objeto da etnografia é descrever e compreender “uma hierarquia estratificada de estruturas significantes”. Nesse sentido, é fundamental, para que haja compreensão da importância da cultura, a relação entre passado e presente, tornando possível a determinação de tais estruturas significantes. Consequentemente, há a análise cultural do desenvolvimento de ações, ressignificação das tradições e rituais, manutenção de costumes, definição de regras e exercício de tarefas sociais.

2. Contextualização histórica da formação da comunidade cabista

Partindo da contextualização feita por Aguiar (2005) a Região dos Lagos, tece seu processo iniciado 6.000 e 10.000 anos a.C. fato este, que é comprovado pela existência de diversos sítios arqueológicos conhecidos por “sambaquis” distribuídos por toda a Região dos Lagos. Estes povos primitivos eram cercados por uma abundância de caça e pesca que utilizavam os recursos naturais sem degradar ou dizimar o ambiente (HANSSEN, 1988 *apud* AGUIAR, 2005).

Entretanto, com o processo de colonização iniciado em 1500 algumas cidades da Costa brasileira tiveram fundamental importância na história do Brasil. Isso se deve ao fato, de algumas delas vivenciarem a chegada das grandes explorações oriundas principalmente de países europeus como Portugal, Espanha e Holanda no século XVI. Dentre essas cidades destacamos Porto Seguro, Recife, Rio de Janeiro e Olinda. Pouco se sabe, a nível nacional, da importância que Arraial do Cabo no processo de colonização do Brasil. Mas, podemos afirmar segundo Aguiar (2005) que a história dessa cidade da Região dos Lagos inicia-se em 1503, o navegador *Florentino Américo Vespúcio* a serviço da Coroa Portuguesa desembarca na Praia da Rama em Arraial do Cabo com um contingente de 24 homens e 12 peças de artilharia. Estes 24 homens possivelmente seriam os mesmos que foram resgatados do naufrágio ocorrido com a embarcação *Nau Capitania* em Fernando de Noronha.

Segundo Aguiar (2005) o navegador os deixa em Arraial do Cabo com mantimentos suficientes para seis meses. Foi dessa forma, que, houve

a primeira construção de benfeitoria do lugar, denominada a Casa da Pedra (*Casa da Piedra*, hoje fundação Roberto Marinho). Sabe-se que três anos depois seria erguida a primeira Igreja, já demonstrando a relação existente entre a Coroa, a Igreja Católica e a burguesia mercantil nas expedições além-mar. Tal Igreja seria conhecida como a Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, onde seria realizada a Primeira Missa no Brasil em local fechado. Neste ponto se iniciaria a exploração do pau-brasil na Região dos Lagos.

Então, a povoação começou pela parte de lá, onde hoje é a *Casa da Piedra*, a Igreja foi feita de frente pra lá, justamente onde Ra povoação. A Igreja ficou de costas pra gente, costume dizer às vezes que a gente é tão ruim, que a população daqui é tão ruim, que a te a santa ficou de costa pra paca. Ela ficou de frente para o Porto, justamente ali é que começaram as primeiras casas. Af, para não ficar de costas para o mar, por uma superstição, não sei, qualquer coisa assim, eles botaram ela ali de frente à *casa da Piedra*, que é hoje a Fundação Roberto Marinho. (PRADO, 2002, p. 61)

Nesse roteiro etnográfico Prado (2002, p. 28) afirma que em 26 de maio de 1511, a nau *Bretoa* trouxe o feitor *João Lopes de Carvalho*, que partiu no dia 28 de julho com 5mil toras, 40 escravos (na maioria mulheres), 22 tuins, 16 sagüis, 16 gatos, 15 papagaios e 3 macacos. Depois disso encontramos um vácuo histórico entre os séculos XVI e XVII. Tal vácuo tem sido preenchido com pirataria e genocídio indígena, dos *Tamoios*, reconhecidos como os originais donos da terra dessa região. Segundo Prado (2002, p. 29), há relatos que tais índios tinham expectativas de derrotarem os invasores portugueses, denominados pelos índios como “perós”. Temos o início, então, de uma guerra extremamente violenta, que culminará com a morte de mais de 10 mil guerreiros *Tamoios* e escravização dos restantes pelo governador da província: *Antônio Salema*.

Porém, o fato é que as raízes da pesca remota ao século XVIII, período que é conhecido como a consolidação da conquista portuguesa desse novo espaço geográfico e no qual teremos a exploração dos arrendamentos do direito à pesca, que era denominada “pescaria”. Nesse aspecto, Prado (2002) salienta que há documentação que data desde 1729 a legitimação dessa exploração marítima. Assim, longe de sua terra natal tais colonizadores irão aprender a viver nessa nova terra. O que teremos sucessivamente é um processo de aculturação, ou seja, esses europeus irão “misturar” seus conhecimentos aos novos saberes, aprendendo novas técnicas de pesca, cultivo, usar matérias primas para construção de ferramentas e utensílios.

3. Definição das particularidades da comunidade tradicional pesqueira de Arraial do Cabo

A definição da formação das particularidades materiais dos nativos de Arraial do Cabo é a partir da territorialidade, por estarem voltados para as questões ambientais específicas dessa região. Tal fato alimentado pelo isolamento geográfico será de suma importância para sua própria sobrevivência. Portanto, teremos aqui uma grande fusão cultural entre os colonizadores portugueses, negros (africanos ou/e afrodescendentes) e os índios escravizados, que aqui já viviam, pertenciam ao “arraiaí”. Sendo assim, teremos a constituição da população cabista (população de Arraial do Cabo).

O cabo de terra, que não tinha estradas ligá-lo ao continente, sofria por conta também de um isolamento político: o arraial não possuía escolas, policiamento, hospitais ou médicos, ligando-se ao resto do mundo unicamente pelo porto. Os natos temiam muitas vezes seus visitantes, estranhos homens desembarcados por dias, que tomavam inclusive feições e atitudes agressivas, como espancar os rapazes e estuprar as moças, daí uma certa recorrência de filhos sem pai no bairro portuário da Praia dos Anjos. (PRADO, 2002, p. 30)

Por conseguinte, inicia-se um processo bem característico do cabista ser considerado um povo desconfiado de tudo e de todos. É perceptível que a formação dos nativos de Arraial do Cabo é, na verdade, uma formação dos filhos do isolamento social e geográfico (ambiental). Esses nativos têm como referência determinadas culturas como indígenas, africanas e dos colonizadores, em sua maioria, portugueses. Nesse aspecto, Prado (2002) denomina os nativos de “descendentes do isolamento”, devido não só à morfologia de Arraial do Cabo, mas também, devido ao seu caráter histórico e contextual de sua imigração inicial. Prado (2002) ainda salienta que até 1960, Arraial do Cabo era um distrito de Cabo Frio (era o 4º. Distrito de Cabo Frio⁷⁸, que só terá sua emancipação na década de 80 do século passado) e não tinha estradas. O que se tinha, eram (e ainda tem) duas de areia e o grande mar. Assim, Prado (2002) afirma que:

⁷⁸Segundo BERANGER (2015:41) Arraial do Cabo foi o ponto de desembarque de Américo Vespúcio em 1503 e primeira feitoria do Brasil. Foi criado pela Lei Provincial no. 2 de 1824. Possui 7.262 almas. Foi ligado à sede por boa estrada de 12 quilômetros de extensão. Compreende a vila propriamente dita e os lugares da Figueira e Massambaba. Figueira é constituído de salinas e possui bela praia com bons loteamentos. Massambaba também é constituído de salinas. É o Cabo zona de pescaria organizada. Hoje aí funciona a Sociedade Pesca Tayo Ltda. Companhia japonesa para a pesca de baleia e fábrica para aproveitamento dos diferentes produtos oferecidos pela industrialização desses mamíferos. Aí se instalou também a Companhia Nacional de Álcalis.

Praticamente apartado do continente, Arraial do Cabo até a década de 1960 não conhecia estradas. Os caminhos que levavam até ele, ou para fora dele, seguiam por montes de areias, fossem elas da Praia do Pontal, eu outrora recebera o nome de Praia do Burro, por conta dos comerciantes ambulantes freqüentes por ela transitavam, rumo a Cabo Frio, ou pelos mais de 30 quilômetros da Praia de Massambaba, rumo a Saquarema. (PRADO, 2002, p. 17)

Em seguida, o que percebemos é que a teoria evolucionista do século XIX estaria presente na formação de estigmas da população, que, como foi dito é filha do isolamento social e geográfico. Essa teoria evolucionista teve forte influência na formação intelectual e política no Brasil no século XX. Assim, haveria todo um arquétipo e definição do sentido de civilização tendo como base a cultura européia ocidental. As demais culturas diferentes do padrão europeu, existentes em outros lugares, seriam conhecidas como bárbaras e primitivas. Logo, o Brasil, uma nova República ainda estaria num processo evolutivo e, por isso, compreenderia a sua formação e processo evolutivo a partir de tal teoria. Nesse contexto, houve a definição de quem seria civilizado, assim como, os territórios que estivessem num caminho rumo à civilização. Consequentemente haveria a “constatação” daqueles que permaneciam em estagio primitivo. Nesse contexto Arraial do Cabo seria percebida como um lugar, no qual a população ainda estaria num nível inferior na escala evolutiva, considerando a comunidade como primitiva, devido seu modo de vida. Isso constituiu estereótipos, determinando essa comunidade como *muxuango*.

4. Formação dos estereótipos e mudança social dirigida: os muxuangos

Segundo Prado (2002) o *muxuango* representaria uma caricatura ficcional, com referência nas teorias científicas imbricadas nos preconceitos determinados pelo o que seria visto como civilizado e primitivo, a partir de um padrão cultural dominante e daquela teoria antropológica evolucionista. Dessa forma, os *muxuangos* seriam considerados como uma forma inferior de sociabilidade. Em outras palavras, tal população, da pequena comunidade de pescador seria pintada como primitiva, incivilizada, inferior, assim como, o jeca tatu, o caipira, o matuto, o interiorano.

Em oposição ao cidadão, o bicho-do-mato brasileiro não chegou ainda à civilização: ele é rústico e primitivo, não evoluiu, degenerou, não progrediu, estagnou, não tem força de vontade, é apático, não se esforça, é indolente.

Julga-se que ele resiste à ação e, por assim dizer, ao movimento. Seu modo de vida parece ter caído em um infundável processo de repetição do

mesmo. Afinal, se a pesca artesanal é uma força de trabalho, evidentemente para os detentores do poder político e do raciocínio intelectual, não se trata de um trabalho compensador por não estar vinculado aos mecanismos da economia industrial, valorizados pelos grandes nações do mundo. São estas as premissas disseminadas pelos discursos das políticas públicas que queriam a necessária indução à mudança (PRADO, 2002, p. 32-3)

Dessa forma, partindo desse pensamento positivista e evolucionista, desenvolvidos no século XIX pela sociologia Francesa de *Auguste Comte* e a Antropologia evolucionista de *Edward Tylor* a elite intelectual brasileira compreenderia as diferenças socioculturais, justificando-as conforme tais pressupostos. Assim, demonstraria que as sociedades e comunidades estariam (ou deveriam estar) num processo de modificação para o progresso e civilidade, sendo compreendidas em distintos estágios evolutivos.

Isso pode surgir de um breve exame preliminar do problema: como o fenômeno da cultura pode ser classificado e arranjado, estágio por estágio, numa ordem provável de evolução. Pesquisados a partir de uma ampla perspectiva, o caráter e o hábito da Humanidade exibem, de imediato, aquela similaridade e consistência de fenômenos expressas no provérbio italiano: “o mundo todo é uma aldeia” (*tutto il mondo è paese*). A partir da semelhança geral da natureza humana, de um lado, e da semelhança geral das circunstâncias de vida, de outro, essa similaridade e essa consistência podem, sem dúvida, ser traçadas, sendo estudadas com especial proveito na comparação de raças que se encontram em torno do mesmo grau de civilização (...) um primeiro passo no estudo da civilização é dissecá-la em detalhes e, em seguida, classificá-los em seus grupos apropriados (TYLOR *apud* CASTRO, 2005, p. 74-76).

Logo, na Era Vargas, Arraial do Cabo será um grande objeto de estudo por dois motivos: a política desenvolvimentista nacionalista e a necessidade de elevar a população rumo o sentido de civilizado. Desse modo, será fundada a Companhia Nacional de Alcalis (CNA). Segundo Aguiar (2005), os estudos para a implantação da referida indústria química começaram em 1943, mas as obras só seriam iniciadas em 1954. O lugar era visto como promissor devido à grande quantidade de conchas na Lagoa de Araruama que serviria de matéria-prima para a fabricação do produto (a barrilha). Outro fator para a implementação dessa indústria era a constatação de que existiam águas frias na Praia Grande que seriam utilizadas para o resfriamento de seu maquinário.

Conforme o estudo e levantamento de dados feitos, concluiu-se que Arraial do Cabo seria o local perfeito para abrigar à estatal. O espaço físico destinado a Alcalis conquistou 23km² dentro da Restinga de Massambaba, suprimindo grande extensão de vegetação nativa. Aguiar (2005) afirma

que com o início da fase operacional da Alcalis, desencadeou-se em Arraial do Cabo uma explosão demográfica. Isso seria uma conseqüência da necessidade de mão-de-obra qualificada para atender as necessidades da empresa. Por conseguinte, o lugar passou a ser classificado como área de atração, havendo grande fluxo migratório proveniente do Nordeste do Brasil, do Estado do Espírito Santo e do Norte-Noroeste Fluminense.

A chegada da industrialização com a implantação da Companhia Nacional da Alcalis, entre os fins de década de 1940 e na primeira metade da década de 1950, produziu um contexto modernizantes para os natos, com novos ritmos e modelos de trabalho e produção. Na segunda metade da década de 1950, e por toda a década de 1960, em um segundo movimento, os fluxos contínuos de imigrantes e turistas inserem padrões de comportamento e valores.

O arraial também é descoberto nestas décadas por cientistas sociais, interessados em acompanhar de perto o processo de industrialização, posto que na época este tema se apresentava como obrigatório para a antropologia, enquadrando-se na categoria de Mudança Social (...) (PRADO, 2002, p. 82)

A mudança social era uma necessidade para a política desenvolvimentista. Ainda que fosse reconhecida como maior produtora de pescado da região, a política desenvolvimentista rumo ao progresso era a justificativa para a mudança social. Desse modo, tal paradigma aliado à teoria evolucionista, fomentaria a hierarquização entre as diferenças culturais, constituída por um processo evolutivo em escalas. Ambas estariam presentes nas formulações teóricas, teocráticas e desenvolvimentista que justificaram Arraial como um lugar que deveria ter a implementação da indústria.

Mesmo o Arraial sendo reconhecidamente o núcleo pesqueiro mais importante de Cabo Frio (MASSA, 1967, P.195), percebe-se no primeiro jornal cabista, criado em 1959, que entre os letrados a CNA passou a ser um motivo de destaque. A Companhia sobressaía como a maior potência econômica da América do Sul, capaz de projetar o Brasil sobre o resto do continente e elevá-lo até diante das grandes nações do mundo. Admirava-se o crescente desenvolvimento de um progresso assustador, que parecia ter tomado conta do lugar (PRADO, 2002, p. 87)

Assim, além de buscar a elevação do Brasil diante do continente, objetivava-se civilizar os nativos de Arraial do Cabo, promovendo mudanças sociais vistas como necessárias que levasse ao desenvolvimento dessa população *muxuanga*. População, essa, que teve construção de seus costumes, hábitos e sua identidade cultural determinadas pelo isolamento social e geográfico. Tais nativos abandonados entre os morros, dunas e restingas, alimentaram-se de um orgulho do passado histórico de “conquistadores” de terras, formando, então, a memória social e coletiva.

A constituição do sentimento de pertencimento entre os membros dessa comunidade foi desenhada pela pesca artesanal. Assim, logo criaram

entre si um denominador comum: pescadores, homens do mar, que adquiriram novos saberes e técnicas com os índios e negros que aqui viviam, além de novas técnicas com aqueles que fixavam no Porto que vinham da Europa: Portugueses (colonizadores), holandeses, espanhóis, ingleses (pirataria). Logo, a partir da idéia de um “refinamento cultural e intelectual”, havia na sociedade uma nuance progressivista que traria o culto à civilidade baseada no padrão cultural vigente, alimentada pela corrente evolucionista, determinando aquela comunidade como primitiva.

De fato, a comunidade de pescadores de Arraial do Cabo foi alvo da aplicação de um modelo científico de mudança dirigida, com o objetivo de induzir às transformações sociais a partir de um aparato teórico de fundo desenvolvimentista e, porque não dizer, evolucionista (PRADO, 2002, p. 33)

Beranger (2015), por sua vez, também afirma que a implementação da CNA (Companhia Nacional de Álcalis) seria um reflexo do pensamento desenvolvimentista. Desse modo, o desenvolvimento, o progresso viria para aquela comunidade, além de promoverem as questões de infraestrutura como abertura de estradas, água e luz. Também se faz referência a novas oportunidades de emprego, embora a maioria da mão-de-obra tenha vindo de outras regiões. Um novo processo estaria por vir, e aqueles pescadores, quando buscavam outros empregos, fariam trabalhos menores em tal indústria ou a função de marítimos. Prado (2002) ainda relata que eles seriam estigmatizados como novos rótulos. Agora quem era pescador seria visto como desempregado, vagabundo, preguiçoso, sem certezas sobre a própria pesca seria definido como indivíduo sem objetivos e projeções futuras, lhe faltava sentido e projetos de vida, o que significaria que não queria progredir. Assim, seus descendentes buscariam novas formas e meios de sustento e projeções sociais.

O ofício de pescador passa a ser desvalorizado dentro da comunidade, por filho e netos de pescadores, por conta da incerteza dos resultados da pesca, como também, pela inconstância da administração dos ganhos. O pescador se recusa a pensar no futuro, posto que seu produto tem renovação natural, dependente de uma ecologia de ciclos reprodutivos e imigratórios que pertencem a Deus. O amanhã não faz parte da pescaria e, por assim dizer, de seu sistema econômico, não há por conta disso nenhuma orientação, no sentido sugerido por Paulo, ou seja, referido a uma projeção financeira (PRADO, 2002, p. 95-96).

Há inúmeros simbolismos refletidos nas condutas sociais que remetem a forma de organização desta comunidade. Tais símbolos partem do que seria a formação do juízo de valores morais e das motivações determinantes nas ações sociais, e não só são perceptíveis nos costumes, nos

hábitos e nos rituais aculturalizados. Entretanto, os elementos que se destacariam são da cultura portuguesa. Sabe-se que esses elementos imateriais foram essenciais para organização do próprio “arraial”, passados de geração em geração, contando histórias e lendas. Assim além do processo de socialização feito nesse contexto cultural, os mecanismos de controle repressivo eram uma maneira de coerção social e formação moral, criando o medo como limitador das condutas das gerações mais novas e uma estratificação social na própria comunidade, fomentada pelo racismo que segregou a comunidade.

Até, então, a relação que se faz em ser cabista seria “ser cabista é ser pescador” e com um grau de parentesco que traduzia a subjetividade na convivência social como sentimento de pertencimento. É sabido que existem elementos objetivos que orientam a organização social de uma comunidade (BEGER; LUCKMANN, 1985), mas também, há a subjetividade que intermediará as motivações das ações sociais no cotidiano. Hoje em dia, diante de tais transformações como foram ditas, existe ainda entre aqueles que são pescadores elementos culturais materiais e imateriais. Por isso, encontramos entre os pescadores mais antigos a verdade naquela afirmação: “ser cabista é ser pescador”.

Contudo, outros cabistas natos ou que adotaram Arraial do Cabo com sua cidade, e que são adoradores dessa cidade e nunca exerceram o ofício de pescador, não a consideram correta. Dizem que ser cabista era ser pescador, mas no tempo dos seus avós. Ou seja, há uma redefinição dos meios geradores do sentimento de pertencimento e, assim, do reconhecimento comunitário. Isso é possível através da ressignificação cultural, quando os elementos significantes trazidos pela migração e aqueles que foram passados de geração em geração se desdobram e são reinterpretados. Assim, há a aculturação, dando um novo formato a sociedade cabista na atualidade. Além disso, com o fluxo da migração e o paradigma desenvolvimentista com a implantação da CNA, um novo contexto cultural e econômico é formado. Há a constituição de novas identidades, além da identidade de pescador cabista, trazendo a sua desvalorização e a deterioração do que é ser pescador, e conseqüentemente, dos bens primários: respeito, autorespeito e autoestima.

5. Conclusão

Neste aspecto, é perceptível a partir dos pressupostos honnethianos a importância da correspondência do respeito e do autorrespeito para que

exista o sentido de dignidade. Tal fato estará atrelado à formação de indivíduo como pessoa de direito e relações recíprocas. A adoção das normas sociais pelos integrantes da comunidade significa dizer que não só aprende quais obrigações ele deve cumprir em relação aos demais membros. Mas, ele também adquire um saber sobre seus direitos, de modo que ele percebe a existência do respeito na vida social por quem é. Entretanto, com a constituição de novas funções e a deterioração da sua tarefa social – ser pescador – o respeito se torna fragilizado, logo, o autorrespeito também. Isso se deve, ao fato desse sujeito social – o pescador – não mais se perceber como membro completamente aceito nessa nova realidade e, assim não constituir relações de reciprocidade diante dessas novas atribuições sociais. Isso fomentara a perda do sentido da dignidade de ser membro da comunidade e no exercício de sua função. Da mesma forma, as relações de reciprocidade parecem com a ausência do respeito e do autorrespeito. Nesse contexto, Honneth (2009) contribui para nossa reflexão ao afirmar que:

(...) Os membros da sociedade podem saber-se reconciliados uns com os outros justamente sob a medida de um reconhecimento recíproco de sua unicidade – o respeito de cada pessoa pela particularidade biográfica de todo outro formaria de certo modo o fermento habitual dos costumes coletivos de um sociedade. (HONNETH (2009, p. 109-110)

Já na contextualização histórica da formação da comunidade cabista e suas nuances existiam outros pontos socioculturais, que favoreceram o reconhecimento social da comunidade cabista. Entre eles, salientamos o grau de parentesco e a formação dos apelidos. Como dito anteriormente o sentido de companheirismo é muito forte nas comunidades tradicionais, e é factual na comunidade cabista. Dessa forma, o companheirismo e parentesco eram essenciais nessa comunidade e podemos observar que ainda hoje, estão presentes, ainda que com algumas modificações diante da realidade social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri, MELLO, Cecília Campello do Amaral e BEZERRA, Gustavo das Neves. *Cidade, ambiente e política: problematizando a Agenda 21 local*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BERANGER, Abel. *Dados históricos de Cabo Frio*. Cabo frio 500 anos de História. 3. ed. Banco do Brasil: 2015.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1985.

DAMACENO, Meri. *Cabistezas “causos” do Arraial*. RJ: Talagarça, 2003.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

HOBBSAWM, Eric *et al.* *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 14. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

LIFSCHITZ, Javier Alejandro *et al.* *Neocomunidades: reconstruções de saberes*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

_____. *Comunidades tradicionais e neocomunidades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

MONDONADO, Simone Carneiro. *Pescadores do mar*. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios)

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 1992. (Coleção Caminhos da História)

PRADO, Simone Moutinho. *Da anchova ao salário mínimo: uma etnografia sobre injunções de mudanças sociais em Arraial do Cabo*. Niterói: EdUFF, 2002.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de histórias*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.